



**Fernando de Castro Abreu Magalhães, um negociante português na Vila de Magé,  
Província do Rio de Janeiro (1842-1857).**

Antônio Seixas.<sup>1</sup>

**Resumo:** Na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento econômico da Praça de Comércio da Vila de Magé, na Província do Rio de Janeiro, obtido com a construção do canal de Magé e da estrada de Magé a Mar de Espanha, atraiu imigrantes portugueses interessados no comércio com a Zona da Mata mineira, como o cabeceirense Fernando de Castro Abreu Magalhães que, em 1842, aos 28 anos, ali estabeleceu sua casa de secos e molhados, utilizando-se das tropas para relacionar-se comercialmente com moradores de Cantagalo, Paraíba do Sul e São José d'Além Paraíba. Sua prosperidade se evidencia pelo fato de ter encabeçado, antes dos 40 anos, a relação dos principais negociantes da Vila de Magé, segundo o *Almanak Laemmert*, publicado entre os anos de 1853 e 1856. O presente artigo tem por objetivo demonstrar como as alianças matrimoniais e a participação na vida pública contribuíram para a introdução de Fernando de Castro Abreu Magalhães na sociedade imperial. A revisão bibliográfica específica sobre a História Social da Família revelará como a temática da família foi analisada pela historiografia brasileira até chegar ao modelo interpretativo atual, tendo por eixos uma temporalidade e uma região específicas, ao mesmo tempo em que o estudo das relações entre o Império brasileiro e as elites locais deixou de estar centrado na dicotomia público/privado para considerar as redes de sociabilidade e de parentesco dos membros da elite política e econômica do Império brasileiro. A partir do método onomástico, que permite encontrar o mesmo indivíduo em diferentes contextos sociais, buscaremos determinar, através dos periódicos do acervo da Biblioteca Nacional e dos processos arquivados no Arquivo Nacional e no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a trajetória individual dos membros da família Castro Abreu Magalhães na Vila de Magé (1842-1857), a fim de analisar as estratégias de inserção do imigrante português na “boa sociedade” fluminense oitocentista, utilizando o método biográfico de análise individual associado à metodologia da microanálise das redes de relações sociais, sob a perspectiva histórica, a fim de demonstrar suas vivências, seus comportamentos e suas estratégias sociais.

**Palavras-chave:** imigração portuguesa, sociedade imperial, trajetória

## **Introdução**

O presente artigo tem por tema a análise das estratégias de mobilidade social do imigrante português na “boa sociedade” fluminense oitocentista,<sup>2</sup> tomando como objeto

---

<sup>1</sup> Mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). E-mail: [antseixas@bol.com.br](mailto:antseixas@bol.com.br).

de estudo a trajetória de Fernando de Castro Abreu Magalhães em sua passagem pela Vila de Magé. Conceitualmente entendemos por trajetória o resultado de “um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias”.<sup>3</sup>

A par da extensão do tema, torna-se imperativo delimitá-lo. O recorte cronológico será, inicialmente, o ano de 1842, quando se publicou a primeira referência a Fernando de Castro Abreu Magalhães na Vila de Magé, até 1857, quando se mudou para a Vila de Cantagalo a fim de administrar a Fazenda Santa Fé e sua colônia de imigrantes portugueses.

Objetivamente buscar-se-á identificar quais foram as estratégias sociais utilizadas por Fernando de Castro Abreu Magalhães na tentativa de se inserir na “boa sociedade” da Vila de Magé, bem como comprovar que as alianças matrimoniais e a inserção na vida pública foram estratégias sociais bem sucedidas para alcançar seu intento.

A partir do acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, o levantamento das fontes documentais que registram a trajetória de Fernando de Castro Abreu Magalhães e de seus familiares se deu através da metodologia onomástica, que permite encontrar o mesmo indivíduo em diferentes contextos sociais.<sup>4</sup>

Na análise da história de cada membro da família Castro Abreu Magalhães em particular, adotou-se o método biográfico de análise individual, próprio para o estudo de grupo de pessoas e famílias com uma posição de prestígio no seio da sociedade.<sup>5</sup>

Ao método biográfico de análise individual foi associado à metodologia da microanálise das redes de relações sociais, sob a perspectiva histórica, a fim de demonstrar as vivências, os comportamentos e as estratégias sociais da família Castro Abreu Magalhães, pois nessa abordagem “destacam-se como objetos privilegiados os

---

<sup>2</sup> Ilmar Rohloff de Mattos identifica essa elite política e econômica imperial como sendo “aqueles que eram livres, proprietários de escravos e representados como brancos” (*Transmigrar: nove notas a propósito do império do Brasil*. In: PAMPLONA, Marco Antonio; STUVEN, Ana Maria (Orgs.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 117).

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 191.

<sup>4</sup> GINZBURG, Carlo et alii. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 174.

<sup>5</sup> MACEDO, Ana Maria da Costa. *Família, sociedade e estratégias de poder: a família Jácome de Vasconcelos da freguesia de São Tiago da Cividade – Braga (1750-1830)*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1996, p. 38.

estudos biográficos e os estudos de caso”.<sup>6</sup> Essa metodologia nos ajuda a destacar as relações clientelísticas, as trajetórias familiares e a capacidade de negociação, adaptação e articulação dos atores históricos diante de novas conjunturas políticas e econômicas.<sup>7</sup>

### **A temática da Família na historiografia brasileira**

A temática da família foi abordada, pela primeira vez, na historiografia brasileira através das obras de Oliveira Viana (1883-1951), Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982), que se preocuparam em pensar o processo de formação da nação.<sup>8</sup> Pioneiro na análise das relações familiares, Oliveira Viana desenvolveu o conceito de clã parental para explicar que as famílias das elites locais influíam no meio social segundo suas conveniências, enquanto que Gilberto Freyre considera que o meio ambiente e fatores culturais determinaram o caráter paternalista nacional desenvolvido através do sistema familiar. Adotando as perspectivas anteriores, Sérgio Buarque de Hollanda apontou a família colonial de base rural como o núcleo da formação brasileira.

A partir da década de 1980 a análise da família brasileira foi marcada pela abordagem da demografia histórica, pautada em larga documentação serial (por exemplo, registros de batismo, inventários *post-mortem* e processos de habilitação matrimonial), analisada por métodos quantitativos. Neste ponto destacamos Carlos de Almeida Prado Bacellar e Sheila de Castro Faria,<sup>9</sup> cujos estudos, dentro da perspectiva dos estudos de populações, privilegiaram a temática da família.

---

<sup>6</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 29.

<sup>7</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010, p. 33.

<sup>8</sup> VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005; FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006; HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>9</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855)*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Carlos de Almeida Prado Bacellar identificou que as transformações das estruturas familiares na longa duração, provocadas por mudanças econômicas, como o fim do trabalho escravo, foram capazes de alterar, no decorrer do tempo, o padrão de acumulação de riqueza, desencadeando novas estratégias sociais de preservação do patrimônio e *status* familiar. Já Sheila de Castro Faria apresentou a família como um núcleo econômico, social e político, identificando um modelo baseado na família extensa, na parentela, no patriarcalismo, no prestígio social e na hierarquia.

Atualmente a historiografia brasileira é marcada por estudos de grupos familiares marcados por uma temporalidade e uma região específicas, a exemplo dos trabalhos de Mônica Ribeiro de Oliveira e de Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.<sup>10</sup>

Mônica Ribeiro de Oliveira identificou que as estratégias familiares conduziram à preservação do patrimônio fundiário e à formação de uma sociedade hierarquizada controlada pelos grandes fazendeiros na zona da mata mineira, a partir de 1780 até meados do século XIX. Assinala ainda que a variedade de arranjos matrimoniais permitiu a estruturação de uma ampla rede de sociabilidade na região.

Buscando entender o cotidiano familiar, durante o século XIX, Mariana Muaze em ressaltou os laços afetivos e os sentimentos de pertencimento ao grupo, além das relações de dependência e solidariedade entre seus membros. Analisando a correspondência de Mariana Velho de Avellar, a viscondessa de Ubá, a autora percebeu a mudança da lógica de preservação do patrimônio e do *status* familiar. Em primeiro lugar, a família oitocentista, apesar de organizada de forma reduzida (pais e filhos), mantinha-se atrelada às solidariedades da família extensa. Além disso, as grandes doações ao Estado e à Igreja visando obter honrarias e mercês, no final do século XIX, foram sendo substituídas por outros valores, como educação, refinamento e boas relações pessoais.

Já as relações entre o Império brasileiro e as elites locais foram estudadas, inicialmente, por autores como Caio Prado Junior (1907-1990), Nelson Werneck Sodré

---

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru: EDUSC, 2005; MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

(1911-1999) e Raymundo Faoro (1925-2003).<sup>11</sup> Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré consideram que o Império brasileiro era apenas um instrumento a serviço dos fazendeiros, ao passo que Raymundo Faoro sustenta que o Estado Imperial e os grandes fazendeiros travaram uma disputa pelo poder político.

Na historiografia brasileira contemporânea predominam os modelos interpretativos concebidos por José Murilo de Carvalho, Ilmar Rohloff de Mattos e Richard Graham, que procuram afastar-se da dicotomia entre o público e o privado.<sup>12</sup>

José Murilo de Carvalho acentua o papel do Estado, diminuindo o poder de influência dos proprietários de terras e suas famílias nas diretrizes políticas regionais, no que se contrapõe Ilmar Rohloff de Mattos que aproxima o processo de construção do Estado Imperial aos interesses dos cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, desconsiderando, porém, os interesses e projetos das demais províncias. Richard Graham, por sua vez, defende a tese de que o Estado Imperial foi uma iniciativa das famílias dos proprietários de terras e de cativos espalhados pelo Brasil, onde dominavam a política local, através de uma ampla rede clientelista.

Mais recentemente, Maria Fernanda Vieira Martins e Jonas Moreira Vargas defenderam que para se compreender o sistema político imperial se faz necessário o estudo das famílias dos membros da elite política e econômica da Corte que possuíam ramificações pelas demais províncias do Império, bem como de suas redes de sociabilidade e parentesco.<sup>13</sup>

### **Um negociante português na terra mageense**

---

<sup>11</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil, colônia e império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988; SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 2004; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

<sup>12</sup> CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 6 ed. São Paulo, Hucitec Editora, 2011; GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

<sup>13</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007; VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

A freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, elevada à sede da Vila de Magé, por ato do vice-rei dom Luiz de Vasconcelos e Souza em 1789,<sup>14</sup> compreendia 16 casas de sobrado e 173 térreas, nenhuma excedendo ao tempo da fundação da nova Igreja Matriz, isto é, ao ano de 1750.<sup>15</sup>

Em fins do século XVIII, a Vila de Magé foi uma das mais populosas do território fluminense, com 14.824 habitantes, se comparada a outras vilas da Capitania do Rio de Janeiro, como Angra dos Reis (9.053 habitantes) e São Salvador de Campos dos Goytacazes (6.429 habitantes).<sup>16</sup>

Seu desenvolvimento econômico nas primeiras décadas do século XIX surpreendeu o viajante inglês John Luccock, para quem a freguesia de Magé possuía “várias ruas bem arrumadas, muitas casas de superior qualidade, um bom mercado de peixe e uma ótima igreja”.<sup>17</sup> Para Acácio Ferreira Dias, “a Vila de Magé era a mais transitada pelos tropeiros em virtude de possuir as melhores vias de comunicação com o litoral”.<sup>18</sup>

A Praça de Comércio de Magé ganhou novo impulso econômico com a abertura da estrada ligando a vila a Mar de Espanha, em Minas Gerais, em 1836, pela Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia, fundada pelos irmãos Francisco e Custódio Ferreira Leite, futuro barão de Ayuruóca.<sup>19</sup> Mesmo com todos os obstáculos que atrasaram a conclusão da obra, em 1846 já era visível a prosperidade trazida pelas tropas, movimentando o comércio local, o que levou a província a prorrogar o contrato com os irmãos Leite.<sup>20</sup>

---

<sup>14</sup> COSTA ABREU, Antônio Izaias da. *Municípios e topônimos fluminenses: história e memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 149.

<sup>15</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro de. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 116.

<sup>16</sup> MAIA FORTE, José Matoso. *O Estado do Rio de Janeiro: ensaio para o estudo de sua história*. 2 ed. Niterói: Diário Oficial, 1945, p. 43.

<sup>17</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridional do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953, p. 230.

<sup>18</sup> DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Cantagalo: Prefeitura Municipal de Cantagalo, 1978, p. 165.

<sup>19</sup> FERREZ, Gilberto. *Colonização de Teresópolis à sombra do Dedo de Deus (1700-1900): da Fazenda March a Teresópolis*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1970, p. 24.

<sup>20</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no 1.º de março de 1846, acompanhado do orçamento da receita e despesas para o ano financeiro de 1846 a 1847. 2 edição. Nictheroy, Typographia de Amaral & Irmão, 1853, p. 35.

Em 24 de dezembro de 1846 a Província do Rio de Janeiro, sob a Presidência do Visconde de Sepetiba, contratou com o Comendador Guilherme Pinto de Magalhães a construção de um canal com a finalidade de drenar as áreas pantanosas que circundavam a vila, bem como para facilitar a navegação entre esta e a Corte, pois o rio Magé constantemente se encontrava obstruído pelos bancos de areia formados nas estações chuvosas.<sup>21</sup>

Com a conclusão das obras do Canal de Magé em 1851,<sup>22</sup> o escoamento da produção agrícola mineira e fluminense rumo à Corte por esse caminho mais curto, livre dos alagamentos da região da Piedade,<sup>23</sup> deu impulso a economia local, com a abertura de novas casas comerciais.

Em 1842, encontramos o imigrante português Fernando de Castro Abreu Magalhães, aos 27 anos, estabelecido comercialmente na Vila de Magé,<sup>24</sup> para onde “convergiavam os capitalistas da Corte, não só adquirindo terras, mas também instalando verdadeiros empórios comerciais”.<sup>25</sup> Fernando era natural da freguesia de São Nicolau de Basto, vila de Cabeceiras de Basto, distrito de Braga,<sup>26</sup> e havia desembarcado no porto do Rio de Janeiro, em dezembro de 1836, aos 22 anos.<sup>27</sup> Sob a firma Fernando de Castro Abreu Magalhães & C., sua casa de secos e molhados tinha por principais clientes pequenos empórios nas regiões centro-sul e serrana fluminense e zona da mata mineira.<sup>28</sup>

---

<sup>21</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1.º dia de março de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1847. Rio de Janeiro, Typ. do Diário, de N.L. Vianna, 1847, p. 28.

<sup>22</sup> Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o veador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da segunda sessão da oitava legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1.º de agosto de 1851, acompanhado do orçamento da receita e despesas para o ano de 1852. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1851, p. 20.

<sup>23</sup> VIEIRA, Armando. *Therezópolis*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1938, p. 11.

<sup>24</sup> Diário Novo, 22 de dezembro de 1842, p. 6; Diário Novo, 25 de dezembro de 1842, p. 4.

<sup>25</sup> FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1962, p. 18.

<sup>26</sup> Arquivo Distrital de Braga. Concelho de Cabeceira de Basto. Freguesia de São Nicolau. Livro de Registro de Nascimentos n.º 04, fl. 149/194v.

<sup>27</sup> Arquivo Nacional, Códice 0381, volume 8, fl. 81v.

<sup>28</sup> TJRJ. Comarca de Paraíba do Sul. 1851. Fernando de Castro Abreu Magalhães & C. e Miguel Cândido de Avelar.

A noção de “boa sociedade” desenvolvida por Ilmar Rohloff de Mattos identifica a elite política e econômica imperial como sendo “aqueles que eram livres, proprietários de escravos e representados como brancos”,<sup>29</sup> o que lhes asseguraria destaque entre os demais brasileiros justamente, segundo Peter Burke, pelos critérios de *status*, poder e riqueza.<sup>30</sup> Sheila de Castro Faria amplia essa caracterização da “boa sociedade” para incluir como parâmetros a “brancura da pele, prestígio familiar, ocupação de postos administrativos importantes, atividade agrária, acesso à escolaridade e fortuna anterior ou presente”.<sup>31</sup>

Analisando a mobilidade social no Oitocentos, Mariana Muaze defende que esta “só era verificada quando se passava a pertencer à classe dirigente da sociedade”,<sup>32</sup> sendo a família e as redes de clientela que se formavam ao seu redor o centro dessa sociedade, segundo Maria Fernanda Martins.<sup>33</sup>

Fernando de Castro Abreu Magalhães casou-se com Rosa Rodrigues de Magalhães, filha de seu patrício Guilherme Pinto de Magalhães, capitalista, vereador, comandante superior das tropas da Guarda Nacional,<sup>34</sup> tesoureiro da Casa de Caridade de Magé,<sup>35</sup> e com ela teve dois filhos: Maria Bárbara e Jerônimo, ambos nascidos na vila na década de 1850.<sup>36</sup>

O Comendador Guilherme Pinto de Magalhães estabeleceu-se em Magé em 1836,<sup>37</sup> atraído muito provavelmente pelo comércio fomentado pelas tropas que começaram a circular naquele ano pela estrada dos irmãos Ferreira Leite que ligava a

---

<sup>29</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Transmigrar: nove notas a propósito do império do Brasil*. In: PAMPLONA, Marco Antonio; STUVEN, Ana Maria (Orgs.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 117.

<sup>30</sup> BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 16.

<sup>31</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 207.

<sup>32</sup> MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 37.

<sup>33</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 187.

<sup>34</sup> PINHEIRO, Francisco Batista Marques. *Guilherme Pinto de Magalhães*. RIHGB, Rio de Janeiro, T. 65, v. 106, p. 375-390, 1903.

<sup>35</sup> *Almanak Laemmert*, 1850, p. 124.

<sup>36</sup> CASTRO, Jerônimo Pedreira de. *Zélia ou irmã Maria do Santíssimo Sacramento*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1960, p. 55.

<sup>37</sup> *Jornal do Comércio*, 04 de outubro de 1836, p. 2.

vila a Mar de Espanha. A partir de 1848 ocupou uma das cadeiras da Câmara Municipal,<sup>38</sup> encabeçando a relação dos negociantes da vila,<sup>39</sup> permanecendo neste quadro até o ano de 1852.<sup>40</sup> Esses negociantes, como proprietários de capital, podem ser caracterizados pela multiplicidade e diversidade de suas atividades, o que permitiria que eles detivessem uma posição privilegiada na sociedade brasileira.<sup>41</sup>

Compreendendo as freguesias de Magé, Suruí, Guapimirim e Aparecida, a vila, em 1850, possuía 18.249 habitantes, sendo 8.281 livres e 9.968 escravos.<sup>42</sup> Nessa sociedade escravista, a prosperidade de Fernando de Castro Abreu Magalhães se evidencia no fato de ter encabeçado, antes dos 40 anos, a relação dos principais negociantes da vila publicada pelo *Almanak Laemmert* entre 1853 e 1856.<sup>43</sup>

Curiosamente, a edição de 1853 do *Almanak Laemmert* é a primeira em que o Comendador Guilherme Pinto de Magalhães não figura entre os vereadores, sendo seu nome substituído na relação dos negociantes pelo de seu genro.<sup>44</sup> Pode-se imaginar que Fernando herdou a clientela de seu sogro, depois que este se estabeleceu na rua Direita, 127, na Corte.<sup>45</sup> Certo mesmo é que o Comendador Guilherme e seu genro foram os principais negociantes da vila por quase uma década anos (1848-1856).

Se em 1850, o município contava com 3 médicos e 3 advogados estabelecidos,<sup>46</sup> quatro anos depois passou a contar com 4 médicos e 6 advogados,<sup>47</sup> e em 1856 já eram nove os advogados,<sup>48</sup> o que permite imaginar uma praça de comércio movimentava e nada pacífica, “porque se observa o expressivo aumento do número de advogados militando no foro local”.<sup>49</sup> Fernando não ficaria afastado dos litígios, como demonstram

<sup>38</sup> *Almanak Laemmert*, 1848, p. 53.

<sup>39</sup> *Almanak Laemmert*, 1848, p. 60.

<sup>40</sup> *Almanak Laemmert*, 1852, p. 75.

<sup>41</sup> PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *As classes sociais na construção do império do Brasil*. In: MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2006, p. 84.

<sup>42</sup> *Arquivo Estatístico da Província do Rio de Janeiro*. Niterói: Tip. de Amaral & Irmão, 1851, Mapa “A”.

<sup>43</sup> *Almanak Laemmert*, 1853, p. 141; 1854, p. 82; 1855, p. 100; e 1856, p. 185.

<sup>44</sup> *Almanak Laemmert*, 1853, p. 139-141

<sup>45</sup> *Almanak Laemmert*, 1853, p. 394.

<sup>46</sup> *Almanak Laemmert*, 1850, p. 124.

<sup>47</sup> *Almanak Laemmert*, 1854, p. 92.

<sup>48</sup> *Almanak Laemmert*, 1856, p. 164.

<sup>49</sup> TAMBASCO, J. C. Vargens. *A vila de Vassouras e a economia do café: a ascensão e o declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba (1833-1888)*. Vassouras: Edição do autor, 2010, p. 78.

as ações comerciais movidas em face de devedores como Miguel Cândido de Avelar,<sup>50</sup> Maria Amélia Durão,<sup>51</sup> Laudino Garcia do Amaral,<sup>52</sup> João Maria Pires Camargo,<sup>53</sup> além dos mesários e irmãos da Capela de Santo Aleixo, filial da Igreja Matriz de Magé.<sup>54</sup>

Em 1855 Luiz Moretzohn, Manoel Pinto de Carvalho & C.; Fernando de Castro Abreu Magalhães & C.; Manoel Duarte Firmino, Silva, Goulart e Castro; e Mourão, Bastos e Castro, negociantes dos portos de Magé e de Piedade, se uniram para aumentar o preço da arroba do café escoado para o Rio de Janeiro, argumentando o estado de penúria em que se encontravam.<sup>55</sup>

Emília Viotti da Costa observa a alta progressiva do preço do café entre 1855 e 1875 e destaca que a concentração da mão de obra escrava na lavoura cafeeira resultou no abandono do plantio de gêneros de primeira necessidade,<sup>56</sup> o que levou, por exemplo, à substituição na Praça de Comércio do Rio de Janeiro da farinha de mandioca produzida na cidade de Magé pela de Porto Alegre.<sup>57</sup>

Em 1856 pelo porto de Magé saíram produtos vindos dos municípios mineiros de São José d'Além Paraíba e São João Nepumuceno e das freguesias de Carmo e Sumidouro, dos municípios de Cantagalo e Friburgo, tendo exportado para a Corte 728,323 arrobas de café, 680 sacos de feijão e 19.832 sacos de farinha.<sup>58</sup>

A vila foi elevada à categoria de cidade em 02 de outubro de 1857,<sup>59</sup> porém Fernando de Castro Abreu Magalhães não tomou parte na festa, pois havia se mudado com a família para a Vila de Cantagalo, onde com seu irmão Francisco de Castro Abreu

<sup>50</sup> TJRJ. Comarca de Paraíba do Sul. 1851. Fernando de Castro Abreu Magalhães & C. e Miguel Cândido de Avelar.

<sup>51</sup> Arquivo Nacional. Tribunal da Relação. 1852. Fernando de Castro Abreu Magalhães e Maria Amélia Durão.

<sup>52</sup> Arquivo Nacional. Tribunal da Relação. 1853. Fernando de Castro Abreu Magalhães e Laudino Garcia do Amaral.

<sup>53</sup> Arquivo Nacional. Supremo Tribunal de Justiça. 1853. João Maria Pires Camargo.

<sup>54</sup> Diário do Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1857, p. 4.

<sup>55</sup> Jornal do Comércio, 13 de janeiro de 1855, p. 3.

<sup>56</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 5 ed. São Paulo: UNESP, 2010, p. 174.

<sup>57</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer *et ali*. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares*. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, n. 25, out/dez, 1971, p. 257.

<sup>58</sup> Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2a sessão da 12a legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857, p. 71.

<sup>59</sup> SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 50.

Bacellar mantinha um núcleo com 60 colonos portugueses aplicados ao plantio e colheita do café.<sup>60</sup>

Na década de 1860, encontramos Fernando de Castro Abreu Magalhães e seu sogro Guilherme Pinto de Magalhães estabelecidos na rua Direita, 15, na cidade do Rio de Janeiro,<sup>61</sup> e diretores da Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia,<sup>62</sup> fundada pelos irmãos Leite em 1836.

Por ter doado uma estátua do Papa Pio IX para a cidade portuguesa de Guimarães, Fernando de Castro Abreu Magalhães foi agraciado pelo Papa Leão XIII com a comenda de 1.<sup>a</sup> classe da Ordem de São Silvestre, em 1883,<sup>63</sup> e pelo Império brasileiro, com a comenda da Ordem de Cristo, em 1886.<sup>64</sup>

O comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães faleceu, aos 84 anos, em 12 de setembro de 1898, na cidade de Petrópolis<sup>65</sup> e sua missa de corpo presente foi oficiada na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, pelo Frei Ciríaco Hielscher, ofm.<sup>66</sup>

### **Considerações finais**

Os relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro evidenciam o desenvolvimento alcançado pela Vila de Magé, nas décadas de 1840 e 1850, em razão da abertura de novos caminhos, trilhados pelos tropeiros das regiões serrana e centro sul fluminense e da zona da mata mineira.

A agitação da Praça de Comércio de Magé provavelmente foi a motivação para um jovem imigrante português, Fernando de Castro Abreu Magalhães, aos 27 anos, instalar sua casa de secos e molhados, utilizando-se das tropas para relacionar-se comercialmente com moradores de Cantagalo, Paraíba do Sul e São José d'Além Paraíba.

---

<sup>60</sup> *Almanak Laemmert*, 1858 (suplemento), p. 17.

<sup>61</sup> *Almanak Laemmert*, 1869, p. 414; 1870, p. 406.

<sup>62</sup> *Almanak Laemmert*, 1868, p. 398; 1869, p. 414.

<sup>63</sup> *Jornal O Apóstolo*, 23 de setembro de 1883.

<sup>64</sup> *Jornal O Paiz*, 15 de março de 1886.

<sup>65</sup> *Jornal Gazeta de Petrópolis*, 13 de setembro de 1898.

<sup>66</sup> *Jornal Gazeta da Tarde*, 14 de setembro de 1898.

Para um jovem imigrante, o casamento dentro de sua comunidade portuguesa pode ser uma estratégia de inserção social na “boa sociedade” local, como o foi para Fernando ao se casar com a filha de seu patrício Guilherme Pinto de Magalhães, um dos principais moradores da freguesia de Magé.

Pode-se considerar, por fim, que Fernando e seu sogro despontaram como os principais negociantes da Vila de Magé por quase uma década, e mesmo depois de terem transferido os negócios da família para a Corte e a Vila de Cantagalo, mantiveram seus vínculos com os negociantes daquela praça comercial, através da Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia.

### Referências

- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro de. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855)*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CASTRO, Jerônimo Pedreira de. *Zélia ou irmã Maria do Santíssimo Sacramento*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1960.
- COSTA ABREU, Antônio Izaias da. *Municípios e topônimos fluminenses: história e memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- COSTA, Emília viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 5 ed. São Paulo: UNESP, 2010.
- DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Cantagalo: Prefeitura Municipal de Cantagalo, 1978.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1962.
- FERREZ, Gilberto. *Colonização de Teresópolis à sombra do Dedo de Deus (1700-1900): da Fazenda March a Teresópolis*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1970.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.
- GINZBURG, Carlo *et alii*. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer *et ali*. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares*. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, n. 25, p. 235/265, out/dez, 1971.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridional do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953.
- MACEDO, Ana Maria da Costa. *Família, sociedade e estratégias de poder: a família Jácome de Vasconcelos da freguesia de São Tiago da Cividade – Braga (1750-1830)*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1996.
- MAIA FORTE, José Matoso. *O Estado do Rio de Janeiro: ensaio para o estudo de sua história*. 2 ed. Niterói: Diário Oficial, 1945.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Transmigrar: nove notas a propósito do império do Brasil*. In: PAMPLONA, Marco Antonio; STUVEN, Ana Maria (Orgs.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 6 ed. São Paulo, Hucitec Editora, 2011.

MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru: EDUSC, 2005.

OSCAR, João. *História de Teresópolis: síntese cronológica*. Niterói: Cromos, 1991.

PĨNEIRO, Théo Lobarinhas. *As classes sociais na construção do império do Brasil*. In: MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2006.

PINHEIRO, Francisco Batista Marques. *Guilherme Pinto de Magalhães*. RIHGB, Rio de Janeiro, T. 65, v. 106, p. 375-390, 1903.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil, colônia e império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 2004.

TAMBASCO, J. C. Vargens. *A vila de Vassouras e a economia do café: a ascensão e o declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba (1833-1888)*. Vassouras: Edição do autor, 2010.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

VIEIRA, Armando. *Therezópolis*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1938.